

**Ata da sessão Ordinária realizada
dia 27 de junho de 2014**

Aos vinte e sete dias do mês de junho, do ano dois mil e catorze, pelas **21 horas**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Severo Venâncio Estevens de Almeida**, secretariada por **Duarte Freitas de Sousa**, como 1.º secretário e **Carlos Almeida Caetanita**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: José Eduardo Pereira Brites, Maria de Fátima Paleta do Carmo, Vítor Manuel Vilhena Saleiro, o Presidente de Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre e o Presidente da União das Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro;-----

Eleitos pelo IPA: Francisco Lourenço Teixeira, Celeste Colaço do Rosário Sebastião, José Romba Guerreiro, Vítor Manuel Libânio Afonso, a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Sara Isabel Martins Agostinho e o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Joaquim António Guerreiro; -----

Eleitos pelo PSD:, Lucília Conceição Sousa Aleixo de Barôa, Ricardo Emanuel Geraldo Jacob, Paula Cristina V. Camacho Botelho, o Presidente da União das Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Hélder Manuel Palma Guerreiro e o Presidente de Junta de Freguesia de São Barnabé, Sérgio Manuel Afonso Palma; -----

Faltaram à sessão os deputados Cláudio André Brás Silvestre (PS) e Dina Guerreiro Cavaco (IPA), que pediram a respetiva substituição, tendo sido substituídos, nos termos legais, respetivamente, pelos suplentes, Ana Maria Teixeira Barão (PS) e Maria Filomena Guerreiro (IPA) -----

A Mesa justificou as faltas. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara, António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), os Vereadores, Luís Artur dos Santos Gaiolas (PS), Ricardo António Monteiro Colaço (PSD), João António Vale Soares Rodrigues Palma (IPA) e António José Messias do Rosário Sebastião (IPA) -----

A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A.1. - Suspensão de mandatos e preenchimento de vagas;-----

A.2. - Votação da ata n.º 4 de 29 de abril de 2014 (2013/2017) e conhecimento da ata da sessão solene do dia 25 de abril de 2014; -----

A.3. - Leitura de expediente; -----

A.4. – Intervenções. -----

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

B.1. - Apreciação e aprovação da Proposta n.º 36/PRESIDENTE/2014 referente à emissão de autorização para a assunção do compromisso plurianual, que irá resultar do contrato da "Empreitada de Requalificação Urbanística de Artérias do Centro Histórico da Vila – Rua Malpica, Rua do Arco e Rua do Afonso";-----

B.2. - Apreciação e aprovação da Proposta n.º 54/PRESIDENTE/2014 relativa ao protocolo a celebrar com a Agência para a Modernização administrativa, I.P., que define as regras para instalação e funcionamento de espaços do cidadão e respetivo funcionamento;-----

B.3. - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de Fevereiro;-

B.4. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira; (alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro); -----

B.5. Apreciação da ata em minuta.-----

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA -----

C.1.- Intervenção dos Municípes (n.º 1, do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro). -----

A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

A.1. - SUSPENSÃO DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA: -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** comunicou que pediram a suspensão do mandato e respetivas substituições, os deputados da Assembleia, Cláudio André Brás Silvestre (PS) [1 dia] e Dina Guerreiro Cavaco (IPA) [1dia], tendo o núcleo da Assembleia Municipal desencadeado os devidos procedimentos para o preenchimento das respetivas vagas, tal como atrás foi mencionado.-----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

O Sr. **deputado Vítor Manuel Libânio Afonso**, apresentou requerimento justificativo da sua falta à anterior sessão e solicitou a sua justificação. -----

A Assembleia justificou a respetiva falta. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** explicou que a título experimental, a mesa decidiu colocar o púlpito virado quer para a mesa quer para os deputados municipais, bem como para os munícipes que assistam à sessão, procurando, por um lado, dar maior dignidade a esta Assembleia e, por outro lado, garantir que as intervenções fiquem corretamente gravadas, à semelhança do que se faz por esse país fora, solicitando ainda que quem quisesse usar da palavra se dirigisse à tribuna. -----

A.2. - VOTAÇÃO DA ATA N.º 4 DE 29 DE ABRIL DE 2014 (2013/2017) E CONHECIMENTO DA ATA DA SESSÃO SOLENE DO DIA 25 DE ABRIL DE 2014; -----

ATA DA SESSÃO SOLENE DO DIA 25 DE ABRIL DE 2014: -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a **Ata** da sessão solene do dia 25 de abril de 2014.-----

Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação **Ata da sessão solene do dia 25 de abril de 2014**, a qual foi **aprovada por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,IPA,PSD). -----

O deputado **José Brites** (PS), apresentou a seguinte **declaração de voto**, congratulando-se:-----

“Por terem enviado aos deputados fotocópias da ata da sessão solene realizada no dia 25 de abril de 2014 o qual nunca aconteceu por parte da anterior mesa da assembleia nas sessões solenes no dia 25 de abril realizadas durante todo o mandato anterior 2009/2013.” -----

VOTAÇÃO DA ATA N.º 4 DE 29 DE ABRIL DE 2014 DO MANDATO DE 2013/2017: -----

O Sr. **Presidente da Mesa** colocou à apreciação a Ata n.º 4 da sessão ordinária de 29 de abril de 2014.-----

Usou da palavra o **deputado Francisco Teixeira** que leu um documento, a que chamou declaração política, e que pelos motivos que infra se discriminaram será transcrito na íntegra no ponto **A.4. – Intervenções.** -----

Na sequência da intervenção do Deputado Francisco Teixeira, o **deputado José Germano** referiu que esteve a ouvir atentamente o anterior Presidente da Assembleia. Disse que está plenamente de acordo com o Sr. Presidente da Assembleia atual, porque foi verdade

que assistiu nesta assembleia a coisas caricatas, como quando a GNR esteve na assembleia ou quando foi mandado calar muitas vezes, pelo então Presidente da Assembleia, interrompendo o raciocínio. Explicou que só pediu a palavra para dizer que é precisamente verdade o que o Sr. Presidente da Assembleia atual disse, que não há nas suas palavras mentira nenhuma, uma vez que é testemunha, pois esteve na assembleia durante muitos anos. Lembrou ainda, que o Sr. deputado agora já não é o Presidente da Assembleia, e embora possa dizer aquilo que quer e entende, a si não o engana e vai continuar a dizer a verdade e a verdade é que estava presente quando aquelas situações aconteceram. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** solicitou aos Srs. deputados que respeitassem o art.º 41 do Regimento, isto é, que não excedessem os dez minutos em cada ponto da ordem do dia, e embora se tenha extrapolado a ordem do dia, esta norma dever-se-á manter. -----

Em relação ao assunto exposto pelo Sr. deputado Francisco Teixeira, acrescentou que irá interpelar a Assembleia, para ver se aquele assunto pode ficar neste ponto da ordem de trabalhos. Em sua opinião, o assunto tratado apenas poderá constituir uma declaração de voto do Sr. deputado municipal Francisco Teixeira, e se for assim não se opõe. Também, em sua opinião, neste ponto, apenas se deve votar a ata e pedir alguma correção pontual, que de acordo com o entendimento da assembleia, poderá ser corrigido ou não e, depois, após a votação, poderão fazer-se declarações de voto.-----

Repetiu que a declaração feita pelo deputado Francisco Teixeira, em seu entender, cabe no ponto das intervenções, e que neste ponto da ordem de trabalhos, apenas se trata de aprovar ou não a ata.-----

O **Sr. deputado Francisco Teixeira** explicou que entendeu fazer esta declaração, neste ponto da ordem de trabalhos, porque está relacionado com o que está dito em ata e, para que fique bem presente, com o que aconteceu na última sessão da assembleia. Sublinhou que faz questão que esta declaração fique neste ponto da ordem de trabalhos sobre a ata, e não no ponto sobre as intervenções, porque é aqui que pensa que é justo que fique a sua declaração e a ata será votada a seguir.-----

Prosseguindo, disse que tinha **uma retificação à ata** que não tem a ver com a declaração proferida, mas sim com o conteúdo, porque separa o conteúdo daquilo que aqui aconteceu, apesar das duas coisas estarem relacionadas e por isso acha que não deve ser deslocado este assunto para um outro ponto da ordem de trabalhos.-----

Explicou que a **retificação** é uma questão técnica, mas que importa corrigir, explicando que na página 123, na linha 16 onde se diz “esta é a rubrica mais importante do balanço da Câmara Municipal de Almodôvar que permite cobrir as suas responsabilidades” deve ler-se “esta é a rubrica mais importante do balanço da Câmara Municipal de Almodôvar que permite **que os recursos próprios sejam enormes para** cobrir as suas responsabilidades”. -----

Disse ainda, que esta transcrição da gravação não corresponde bem aquilo que disse, havendo outras transcrições que não correspondem bem aquilo que aqui se passou, não deixando de dizer que houve um esforço de quem redigiu a ata para que ela fosse o máximo fiável na parte das suas declarações e das declarações do Sr. Presidente, embora não correspondam integralmente e deslocando o contexto, omitindo o contexto e o ambiente que aqui se passou.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** lembrou o ponto da ordem de trabalhos e referiu que aqui apenas se vota a ata, tudo o resto que se possa dizer não cabe no ponto de aprovação das atas. Frisou que é entendimento da mesa que a declaração política feita pelo Sr. deputado não cabe neste ponto da ordem de trabalhos e vai colocar à votação da assembleia apenas a ata com estas alterações que o Sr. deputado Francisco Teixeira chamou de técnicas, e que estão anotadas para posterior alteração da ata. -----

O **Sr. deputado Francisco Teixeira** esclareceu que não é uma declaração política para ser incluída na ata, é uma declaração política dentro do ponto da ordem de trabalhos da votação da ata. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que estão dessincronizados e que o Sr. deputado, com tanta experiência que tem, sabe que nunca um ponto da ordem de trabalhos para aprovação de uma ata integrou uma declaração política. Vota-se a ata, fazem-se alterações ou não e, depois, podem fazer-se declarações de voto, agora uma declaração política não cabe no ponto da aprovação de uma ata. Referiu que se quisesse, lhe traria o livro do professor Roque Laia sobre o guia das Assembleias Gerais, e nem sequer sabe porque quer o Sr. deputado alterar uma metodologia que o regimento não permite. Considerou que é legítima a intervenção, que em democracia é tudo legítimo, que a intervenção é respeitável, mas não cabe aqui, neste ponto da ordem de trabalhos. -----

A **deputada Fátima Paleta** lembrou que os trabalhos estão precisamente num ponto da agenda que é a votação de uma ata. Salientou que o deputado Francisco Teixeira entendeu ler um texto, e chama-lhe texto porque, do ponto de vista formal, tem dúvidas sobre o

que realmente é. De qualquer modo, parece-lhe que neste ponto da ordem de trabalhos, a intervenção do Sr. deputado só tem cabimento como declaração de voto, atendendo a que se está no período de votação de uma ata, pelo que, tudo o que se possa dizer, ou é uma correção à ata ou é uma declaração de voto. -----

Realçou ainda que, pessoalmente, não conseguiu perceber, formalmente, o que é o texto que formulou. -----

O **Sr. deputado Francisco Teixeira** esclareceu que é uma intervenção política sobre o que se passou na assembleia municipal na última sessão.-----

Prosseguindo, a **deputada Fátima Paleta** reconheceu ter alguma dificuldade em perceber uma intervenção política no âmbito da votação de uma ata. -----

O **Sr. deputado Francisco Teixeira** concluiu que, para simplificar os trabalhos, aceita que a sua intervenção política seja incluída no ponto das intervenções. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou-a **a ata n.º 4, de 29 de abril de 2014, à votação**, a qual foi **aprovada por maioria** com 16 votos a favor (PS,PSD) e 5 abstenção (IPA) -----

O deputado **Francisco Teixeira** (IPA), apresentou a seguinte **declaração de voto**:-----

“Abstendo-me na votação desta ata por ela em várias passagens não transcrever integralmente o conteúdo do diálogo quando fui por varias vezes interrompido sem motivos para isso pelo Presidente da Assembleia e reconhecendo embora que foi feito um esforço para que ela transcrevesse esse diálogo o melhor possível pelas pessoas que a elaboraram.” -----

A.3. - LEITURA DE EXPEDIENTE: -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia desde a última sessão, realizada em abril, até a presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta. -----

Da correspondência recebida, o **Presidente da Assembleia** destacou um pedido enviado por um grupo de estagiárias, que solicita colaboração na realização de “assembleias” com as crianças do ATL, numa perspetiva pedagógica e de sensibilização sobre o funcionamento da Assembleia Municipal. Estas ações terão lugar nos dias 10 e 24 de julho e nos dias 7 e 28 agosto. Referiu ainda, que esta iniciativa é de louvar e motivo de alegria para si e restantes membros da mesa, porque

permite que desde novo se comece a saber como é que funciona uma assembleia, convidando desde já os adultos a assistir e a participar nesta interessante iniciativa.-----

A.4. – INTERVENÇÕES: -----

Em conformidade com o acordado no ponto A.2., a seguir se transcreve, na íntegra, a declaração política proferida pelo **deputado Francisco Teixeira: -----**

“Queria fazer uma intervenção sobre factos que vêm na ata e que se passaram aqui na ultima sessão de 29 de abril trago uma declaração escrita e vou passar a lê-la-----

As minhas intervenções nesta assembleia têm-se pautado por dois critérios: cingir-me aos temas da ordem de trabalhos e com clareza e objetividade analisar o tema em debate, pedir esclarecimentos quando necessários e expor a minha opinião e a da bancada dos independentes por Almodôvar, que represento, sobre esse mesmo tema, desempenhando corretamente o papel que cabe à oposição que é o de acompanhar e fiscalizar a ação do executivo e apresentar propostas alternativas quando tal for entendido útil. -----

O 2.º critério tem sido o de intervir com sugestões à mesa para ajudar, quando surge alguma dúvida sobre como atuar, o que é natural num início de mandato. Nada mais e de uma forma completamente discreta. -----

Infelizmente o entendimento do Presidente da assembleia sobre as minhas intervenções ou sugestões tem sido o de obstaculizar o meu papel, sem que eu compreenda ou vislumbre os motivos que o levam a esse comportamento. -----

Estamos numa assembleia municipal, o órgão máximo do município o seu Fórum de debate político por excelência, de acompanhamento e fiscalização da ação do executivo que pela importância das suas funções deve ser gerido e conduzido com a máxima elevação. -----

Na última sessão o papel negativo da intervenção do Presidente, com muita pena minha atingiu o paroxismo e o inadmissível num órgão desta natureza, não podendo, por isso, nesta sessão e neste ponto da ordem de trabalhos deixar passar em claro essa sua atitude e as declarações que fez que atingem gravemente a minha honra e dignidade. -----

Tive ainda nessa sessão oportunidade de expressar o meu profundo desacordo pela forma como o presidente interrompeu a minha intervenção sobre o relatório e contas do ano 2013 que era o ponto da ordem de trabalhos. E interrompeu-me logo no início da mesma, inopinadamente, utilizando uma figura de “ponto de ordem” a um membro no uso da palavra, absolutamente injustificado e despropositado

quando não existia qualquer “desordem” da minha parte. E interrompeu-me para me dizer para não “fazer politica” o que me deixou ainda mais surpreendido e estupefacto o que evidencia qual é a sua noção das funções de um órgão político e do papel dos seus membros. -----

Mas mais grave foi o que veio a seguir, agora no início da minha segunda intervenção no ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

Então já mais consciente do abuso e do prejuízo feito à intervenção anterior sobre o Relatório e Contas do ano de 2013 atrás descrito, resolvi, de uma forma educada chamar a atenção ao presidente para a gravidade do seu ato, pedindo-lhe que no futuro não voltasse a interromper inoportunamente quem está no uso da palavra, dentro da ordem de trabalhos e do seu tempo de intervenção, pela perturbação que tal pode causar ao orador e à sua exposição, como foi o caso, sobretudo se não estiver a fazer uma intervenção lida mas uma intervenção de improviso mas documentada.-----

E para meu novo espanto, o presidente não só resolveu interromper-me de novo para me responder, como essa resposta resvalou para afirmações que caem no campo das calúnias e de falsidades sobre mim lançadas, bem como falseamento de factos da vida política de Almodôvar que, como almodovarense interessado dever de cidadania e espírito democrático, ele tinha obrigação de conhecer.-----

O que afirmou, revela bem a ausência de ética de princípios, de valores e de uma arrogância em tudo oposta aos princípios e à humildade democrática que funções desta natureza exigem, e mais ainda por quem exerce funções políticas.-----

E o que ele disse foi que eu enquanto presidente deste órgão chamei a esta assembleia a Guarda Republicana o que é uma monstruosa falsidade, e que se alguma vez, tivesse acontecido com certeza que teria uma justificação.-----

Mas não, aconteceu, e tal afirmação tem subjacente a insinuação de que nas assembleias por mim dirigidas havia lugar a desordem ou talvez mesmo arruaça entre os seus membros. -----

Isso nunca aconteceu nas mais de 70 sessões a que presidi em cerca de 10 anos de exercício (e não de 12), eleito que fui em 3 mandatos sucessivos com maioria absoluta. Antes pelo contrário, todas as sessões que dirigi, fi-lo com toda a dignidade devida a este órgão, plenamente consciente das responsabilidades, com humildade democrática e respeito por todos os seus membros e como publicamente é reconhecido pelos almodovarenses. -----

Depois afirmou também que nestes mandatos se escreveram as atas mais vergonhosas da sua terra. O Sr. presidente deve estar equivocado ao ler atas de outras assembleias que não as das assembleias a que eu

presidi, ou então lê de forma enviesada e com maldade, pelo que isso nem merece resposta, e só mostra mais uma vez uma atitude persecutória e de despeito que tem contra mim e que não devia trazer para este órgão. -----

Afirmou ainda que nunca intervirá nas sessões como eu o fiz ao longo de 12 anos, (outro erro, foram cerca de 10), em assembleias a que assistiu. -----

Em primeiro lugar não sei a que Assembleias se refere porque não me lembro da sua presença nas sessões por mim dirigidas nos últimos dois mandatos, a não ser talvez em apenas duas ou três ocasiões, de passagem e fugazmente. Em segundo lugar é verdade que intervi em algumas sessões como pode ser lido nas atas, e fi-lo no direito que me assiste enquanto membro em plano de igualdade com qualquer outro, e sobre assuntos de cidadania e da atividade da Câmara nomeadamente na área social, intervenções de que me orgulho, sem com isso beliscar os direitos dos outros membros da assembleia. -----

As afirmações sobre mim produzidas pelo presidente da assembleia na sessão de 29 de abril resumem-se numa palavra, que tem o nome de calúnia e que, como disse ofende gravemente a minha honra e dignidade e que não deviam ter sido proferidas nesta assembleia.-----

Exijo-lhe por isso, aqui neste lugar e nesta sessão, um pedido de desculpas público.-----

Se o não fizer, isso demonstra a saciedade a sua falta de dignidade, de princípios, de respeito pelo próximo, de capacidade de dialogar, de ética e de humildade democrática, ou seja, que não tem as qualidades e competências exigíveis para o cargo que desempenha, e que de facto só o ocupa pelos acordos políticos conjunturais que fez com o PSD. Tenho dito." -----

Prosseguindo, O **Presidente da Assembleia**, pediu a anuência da Assembleia para que neste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara respondesse às questões que foram levantadas na última sessão e que ficou de dar resposta nesta sessão, considerando uma metodologia interessante de ser seguida. -----

Nada havendo a opor por parte da Assembleia, o **Sr. Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que gostaria de responder pelo menos àquelas questões em relação às quais já fez uma análise e pode, por conseguinte, dar resposta.-----

Começou por agradecer o empenho do executivo e de todas as pessoas que colaboraram, nomeadamente as crianças da Escola EB1 e de todos os estudantes envolvidos no projeto de preparação da festa de São João, que aconteceu no pretérito dia 23 de junho. Infelizmente foi

um São João bastante molhado, mas o esforço fica aqui registado e fica aqui também o agradecimento a todos aqueles que contribuíram para que, apesar de tudo, fosse um sucesso, não obstante a chuva que se fez sentir. -----

Prosseguindo, respondeu a algumas das questões colocadas pelo deputado José Brites. -----

Em relação à aquisição de um estrado, por parte da Câmara Municipal, por cerca de 10 mil euros, já com IVA, procurou saber de que estrado se tratava. Segundo as informações que pode apurar, o referido estrado foi adquirido através de uma requisição efetuada pelo anterior executivo, em outubro de 2009, à Empresa Stand by you-Desing, Lda, no âmbito de um espetáculo que teve lugar no convento. Por o solo não ter condições, foram gastos esses 10.740 euros num estrado de madeira com uma alcatifa e uns leads ao meio para deixar ver o solo original do convento. O referido estrado encontra-se depositado no armazém que vulgarmente chamamos de "armazém do Sr. Jesuíno". Está desmontado em várias peças.-----

Relativamente aos bancos do jardim, o processo de levantamento patrimonial está em curso, tendo sido identificados, até ao momento, cerca de 220 bancos, embora ainda faltem alguns. Acrescentou que tem conhecimento que alguns bancos estão instalados sem estarem registados no património. Em consequência, irá aferir e certificar-se que todos ficam devidamente registados no património. Espera que se faça um inventário completo, mas, o facto, é que até ao momento não se conseguiu ainda terminar o levantamento de todos esses bancos em todas as freguesias e na sede de concelho. -----

Sobre o poço de Santo António, que está no meio da estrada, reconheceu que constitui um perigo eminente. Esclareceu que foram tomadas as devidas precauções, que foi feito um estudo de segurança e que, no âmbito das suas competências, autorizou a aquisição de sinalética específica para indicar o perigo proveniente do poço. Pensa que não será boa solução retirar o poço daquele local, como chegou a ser sugerido, optando pela sinalética. Entende que o poço é um "símbolo" da nossa Vila e, como tal, deverá ser preservado. Apenas optaria pela sua remoção, caso não houvesse outra hipótese, mas como há, não o irão desmanchar e destruir, mas, em alternativa, ir-se-á sinalizar o poço, o que vai acontecer dentro de dias, uma vez que a sinalética apropriada deverá estar a chegar. -----

Por último, o Senhor Presidente referiu que as aquisições que constam do relatório de gestão de 2013, folha 82, no valor de 15 mil euros e no valor de 57.200 euros, são assim repartidas: -----

Uma das aquisições faz parte do inventário da Câmara Municipal, ficha n.º 532, e refere-se a uma parcela de terreno denominado "Cerca da Cruz", em Gomes Aires, adquirida à proprietária, Maria Eduarda Mendonça Nunes Guerra, pelo valor de 15 mil euros. Outra das aquisições, consta do inventário nº 603, e diz respeito à aquisição de uma parcela de terreno denominado "Cerca da Mata", adquirido para a construção de uma ETA e furo de abastecimento da Brunheira, tendo sido adquirido à Sr.ª Maria Isaura da Palma Guerreiro, pelo valor de 530 euros. Uma outra aquisição de parcela de terreno, consta da ficha nº 604, denominada "Azinhal", e foi adquirida à Sr.ª Chrisna Taíssa Lachaert, pelo valor de 2.670 euros, e serviu para instalar a ETAR do Monte do Azinhal. -----

Relativamente aos 57.200 euros, os mesmos constam no inventário n.º 602, e referem-se à compra de um prédio no sítio da Cruz, em Gomes Aires, adquirido à Sr.ª Maria Eduarda Mendonça Nunes Guerra, pelo valor de 35 mil euros e ainda consta do inventário nº 517, com a designação de "Centro Comercial e de Transportes - fração C, adquirida ao Sr. Fernando Manuel da Graça Romba, pelo valor de 22 mil euros. ----

Prosseguindo, respondeu à questão colocada pelo deputado Vítor Saleiro.-----

Quanto à vedação na Escola E.B.2,3/S Dr. João de Brito Camacho, que estava a colocar em perigo a circulação viária, a DOMSUA e a DOTGU fizeram a sua análise do problema e elaboraram o consequente relatório que foi enviado para o Ministério da Educação e cuja resposta, até ao momento, ainda não obtivemos. Em conversa informal com a Sr.ª Diretora do Agrupamento, soube que já está autorizada a obra para a remodelação daquela rede de proteção, a qual está, neste momento, em fase concursal. Esta é uma informação, não por parte do Ministério da Educação, mas da parte do órgão executivo da referida Escola. -----

Antes de terminar a sua alocução informou que o memorial de homenagem a todos os autarcas eleitos desde o dia 25 de abril de 1974, que veio com alguns defeitos e, por esse motivo, foi devolvido, deverá ser recolocado, definitivamente, em julho. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito a deputada Fátima Paleta. -----

A **deputada Fátima Paleta** referiu que, como todos sabemos, o nosso país tem vindo a ser alvo do que considerou uma grande ofensiva contra os estabelecimentos escolares, com o encerramento de um número quase obscuro de escolas em Portugal. Frisou que está perfeitamente à vontade para falar desta questão, porque, não obstante a sua cor política, foi contra o começo do encerramento das escolas e a

criação dos mega agrupamentos tal como estão a ser constituídos, desde o tempo da Ministra do Partido Socialista, Maria de Lurdes Rodrigues. Não está a fazer uma crítica ao que está a fazer este governo, antes está a fazer uma crítica essencial àquilo que considera que é realmente um atentado ao edifício escolar em Portugal, não só pela desertificação que causa. Ora, se não podemos ser ingénuos ao ponto de pensarmos que se não há alunos como é que podemos ter escolas, a verdade é que seria importante que estas questões fossem efetivamente pensadas com cabeça tronco e membros e que não se fechassem as escolas à toa. Apelou para que se pensasse realmente na vida que ainda existe para que Portugal, designadamente o Alentejo, bem como as outras regiões do interior, não seja transformado num imenso deserto com grandes armazéns de alunos enfiados em edifícios enormes completamente impessoais, em nome de uma qualidade que, na realidade, não existe, pois não se vê mais qualidade. -----

Antes de prosseguir com o seu raciocínio, lembrou que teve a oportunidade, na altura em que foi inspetora pedagógica, de ter visitado uma escola do 1.º ciclo, na localidade de Favela Nova, onde era professora uma mulher fantástica, a Sr.ª D. Vicência Piteira, que sem saber nada de teorias pedagógicas fazia um trabalho notável, que fez com que 30 inspetores lhe entrassem pela sala dentro, sem ela se perturbar nem os alunos se perturbarem, porque, de facto, o trabalho era notável. Eram poucos alunos, uma professora e uma escola pequena, com um jardimzinho e com uma hortinha, mas, de facto, havia ali muita qualidade. Devo dizer que, com muita pena, os alunos dessa escola que continuaram os seus estudos em outras escolas se perderam completamente, porque nunca mais ninguém lhes deu a qualidade, a atenção, o carinho, o afeto, com que aquela professora conseguia trabalhar, que não sendo uma teórica, não sendo nenhuma professora de pedagogia, não tendo estudado os grandes mestres da pedagogia, nada disso lhe foi preciso. -----

Esta recordação vem a propósito do trabalho meritório levado a cabo pelo Sr. Presidente da Câmara, no que respeita à continuidade do funcionamento das escolas do nosso concelho. Congratula-se, pois, com o facto de Almodôvar ter conseguido subtrair-se, mais uma vez, ao fecho de escolas, realçando o mérito deste executivo, designadamente na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Bota, a quem prestou a sua homenagem por ter conseguido, através de negociações longas e concerteza difíceis, com as entidades competentes. O facto de ter conseguido que não fossem encerradas as escolas do nosso concelho não é uma vitória nem para nenhum partido, nem para nenhuma pessoa,

é uma vitória para Almodôvar e pensa que deveremos louvar estas situações.-----

Depois, referiu um aspeto menos positivo que tem a ver com a saúde, pois tanto quanto sabe, parece que corremos o sério risco de ficar sem o único médico que ainda presta serviço na nossa terra. Tudo isto se enquadra na mesma questão da desertificação e do desaparecer tudo de Almodôvar, como, aliás, acontece noutras terras. A autarquia não tem possibilidade de pagar um vencimento maior ao médico existente e, naturalmente, se ele tem outras propostas melhores ir-se-á embora. Em conversa com o Sr. Presidente da Câmara, António Bota, e tendo tido hoje uma reunião informal na CIMBAL, colocou-se esta questão da saúde, que lhe parece importante e, em consequência, coloca um desafio a esta Assembleia Municipal, que consiste em formular uma proposta a ser presente já no próximo dia 7 de julho, na reunião formal da CIMBAL. Sugere, para o efeito, que seja criado um pequeno grupo de trabalho, que formule uma proposta de repúdio desta situação, para que haja eventualmente a possibilidade da criação de uma plataforma para a saúde através de um órgão intermunicipal, como é a CIMBAL. Uma plataforma que permita dispor de três ou quatro médicos que, no Baixo Alentejo, possam ao mesmo tempo servir vários municípios. Isto não quer dizer que estivesse aqui o mesmo médico todos os dias, mas havendo uma plataforma para a saúde, pensa que se poderia evitar aquilo que lhe parece inevitável, que é a perda do único médico que temos nesta terra. Portanto, deixa aqui esta ideia, a de se formular uma proposta com origem nesta assembleia, dirigida à CIMBAL e que pessoalmente a apresentaria nesse dia 7 de julho, se assim for entendimento desta assembleia. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, para um melhor esclarecimento deste assunto, sublinhou que se está a propor que esta assembleia redija uma proposta, não sendo preciso um trabalho muito elaborado. Referiu que para materializá-la só há uma maneira de o fazer, que é suspender os trabalhos, se a assembleia assim o entender, e todas as forças políticas ajudarem a redigir a proposta, para que esta tenha mais força, concluindo que era importante que esta assembleia globalmente tomasse parte deste trabalho. -----

A **deputada Fátima Paleta** referiu que gostaria de se ter aqui apresentado com um texto, mas a reunião de Beja começou às 17 horas e com a deslocação que teve de fazer a caminho de Almodôvar, não conseguiu concretizar a sua intenção. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para que este informasse o que tivesse por conveniente sobre o assunto. -----

O **Sr. Presidente da Câmara**, embora de forma breve, contextualizou o assunto, para que na formulação da proposta houvesse uma base sobre o que já foi feito, relativamente a esta matéria. -----

Referiu que foi negociado, ainda no mês de dezembro/janeiro, com a ULSBA e a ARS, a possibilidade da contratação de um médico, tendo-lhe sido dito que se contratasse o médico não haveria problema, tendo-lhe ainda sido garantido, por ambas as instituições, que tendo em conta que o médico em causa era cubano não o poderiam contratar diretamente. Esse médico estava autorizado a trabalhar em Portugal, mas tendo em conta o acordo que existe entre o Governo Português e o Governo de Cuba, o contrato teria de ser feito através da ULSBA, não por plataforma, mas sim por contrato direto. Foi-lhe prometido, na qualidade de Presidente de Câmara e representante do Município de Almodôvar, que caso contratássemos esse médico, num prazo de 3/5 meses, o médico seria contratado diretamente pela ULSBA. Fizemos um protocolo, no caso específico, com a Santa Casa da Misericórdia de Almodôvar, para que a Câmara Municipal não contratasse diretamente, porque não achamos lógico que a Câmara contratasse alguém da área da saúde. Então, a Santa Casa contratou o médico, a Câmara Municipal paga à Santa Casa todos os meses e a Santa Casa paga ao médico. O médico, como profissional, ganharia através da ULSBA ou através da ARS, cerca de 2.500 euros e com base no contrato que foi feito está a ganhar 1.500 euros, porque se entendeu que não se poderia pagar muito mais, até porque se estava na iminência de se contratar ainda outro médico até se resolver definitivamente o problema. É uma situação grave, mas é uma realidade que o concelho de Almodôvar não tem médicos para servir a nossa população. -----

É este o contexto em que se enquadra a situação. Na última reunião tida, foi-me dito que devido a uma nova legislação que saiu já não era possível a ULSBA contratar o médico. Sentimo-nos ludibriados por este sistema, e se não queremos ficar sem médico, teremos que encontrar uma solução. Já foi inclusivamente falado na CIMBAL a hipótese de ser a própria CIMBAL a criar uma empresa intermunicipal para aceder à plataforma para negociar com o Ministério da Saúde e assim contratar diretamente os médicos, já que o Ministério, devido a essa nova lei, parece que não pode contratar os médicos cubanos. Nós contratávamos, de bom grado, um médico português caso ele aparecesse, mas até ao momento, mesmo feitas inúmeras diligências, ainda não foi possível encontrar. Temos a possibilidade de ter dois médicos em Almodôvar: o

que esta a trabalhar e se quer ir embora porque não está a ganhar o suficiente, e um outro que dava algumas consultas em Moura e que agora já não pode dar porque a ULSBA já não lhe pode pagar, precisamente por causa das restrições desta nova portaria. Peço, então, a ajuda da Assembleia Municipal para que torne este processo mais coeso na pressão que tem de se fazer junto do ministério que controla e coordena esta contratação.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que na sequência da intervenção que foi feita pelo Sr. Presidente e no desenvolvimento deste assunto, a mesa pensa que seria de materializar a proposta apresentada, pedindo a cada grupo que apresentasse um elemento para, conjuntamente, se redigir um documento que seja consensual e plausível para aprovarmos nesta assembleia. Pediu então a cada grupo que indicasse o seu elemento e fez uma pausa de 15 minutos para a elaboração da proposta. -----

Fizeram parte deste grupo de trabalho a deputada Fátima Paleta, pelo Partido Socialista, a deputada Lucília Barôa, pelo Partido Social Democrata e os deputados Celeste Sebastião e Francisco Teixeira pelos Independentes Por Almodôvar, que se reuniram na sala de reuniões para elaboração da Proposta. -----

Decorridos cerca de 15 minutos e reconhecidas as condições de que se poderia recommençar a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia, quis saber qual seria o porta-voz, que faria a síntese dos trabalhos.-----

Pediu a palavra o **deputado Ricardo Jacob** que disse estranhar completamente esta moção, não estando com isso a dizer que não apoia a moção, pois ainda não verificou o conteúdo em causa. Estranhou esta moção, porque pensou que, a partir do momento em que o Partido Socialista ganhou as eleições, o problema da saúde ficava completamente resolvido, mas, de facto, não acontece isso e é perfeitamente razoável que não esteja a acontecer, porque competências na área da saúde não são propriamente competência própria da Câmara Municipal de Almodôvar. -----

Agradeceu ao Sr. **Presidente da Câmara** por nos ter colocado, com algum realismo, o problema em causa, porque de facto é uma questão que não depende essencialmente da Câmara Municipal, depende antes do centralismo que está em Lisboa. A partir do momento em que foi colocado um médico na Aldeia dos Fernandes pensou que, efetivamente, teriam a solução dos médicos praticamente orientada e que, de facto,

tudo levava a crer que iríamos ter mais outro médico, o que não é o caso. Disse que, com isto, não estava a querer dizer que não estejam disponíveis para votar e aprovar esta moção, desde que não coloque em causa qualquer negociação futura com a Região de Saúde do Alentejo. Desde já, reforça que lhe parece ter sido publicidade enganosa a que foi feita na campanha eleitoral e nos primeiros 3 meses a partir de tomada de posse, porque estranha claramente, pois tínhamos um médico na Aldeia dos Fernandes e penso que ainda lá esteja, e que estaria um outro médico em vias de começar a trabalhar, mas não está a acontecer isso.-----

E novamente, para terminar, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara todo o realismo que hoje assumiu nesta assembleia, todo o realismo e todas as dificuldades que vamos ter daqui para a frente, porque não depende única e exclusivamente da Câmara como é óbvio. -----

Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à deputada Lucília Barôa, na qualidade de porta-voz do grupo que elaborou a proposta. -----

A **deputada Lucília Barôa** explicou que estiveram a trabalhar a síntese do documento, do qual iria constar essencialmente dois pontos.--

Um primeiro ponto apontaria as dificuldades pelas quais o concelho de Almodôvar está a passar, relativamente há falta de médicos e sugeria também o modo como essas dificuldades poderiam ser ultrapassadas-----

O segundo ponto seria o apelo da Assembleia Municipal de Almodôvar à CIMBAL, no sentido de encontrar uma forma institucional e adequada capaz de servir tanto este concelho, como outros, sem correr o risco de ficarmos sem médico.-----

Seriam estes os dois pontos essenciais na redação do documento, tendo ficado combinado que cada um dos elementos do grupo de trabalho iria redigir um documento baseado nestes dois pontos, após o que se faria uma síntese e se encontraria o documento último para ser enviado à CIMBAL, antes do dia 7 de julho, dia da sua reunião. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse que em relação ao problema da saúde, como se tem visto, neste momento, há toda a espécie de solução no país e não há nada linear em relação a isso. Parece-lhe muito bem a intervenção que ouviu do Sr. deputado Jacob, ao afirmar que o documento tem de ser feito de maneira a não afastar a Direção Regional de Saúde, pois não há qualquer intenção em arranjar um conflito em relação à Saúde Distrital. É nossa intenção apenas fazer ver as dificuldades que temos e não fazer um documento contra alguém. -----

A **deputada Fátima Paleta** esclareceu que as pessoas envolvidas na redação daquele rascunho combinaram que cada um iria construir um

texto, o melhor possível, e trocar e-mails até chegar ao documento definitivo.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que, assim, não será necessário reunir a Assembleia oficialmente, e como estão presentes as 3 forças políticas, a Assembleia toma desde já a responsabilidade de o redigir, apresentar e aprovar, visto serem conhecidas as suas linhas gerais. -----

O **deputado José Germano**, na sequência desta controvérsia do médico, disse estar à vontade para falar deste assunto, porque a sua freguesia é a única que tem um médico a trabalhar todos os dias, mas para que isso acontecesse batalhou muito. A falta de médicos é um grande problema do país e que afeta também o nosso concelho. Realmente, a pior situação que nos pode acontecer é não termos médico quando precisamos dele. Referiu que lhe faz confusão o facto da Diretora do Centro de Saúde de Almodôvar dizer às pessoas que não há falta de médico. Acredita que, se calhar, ela até tem um bocado de culpa nesta situação, porque dizia às pessoas da Aldeia dos Fernandes que não há falta de médico. Esclareceu que o médico não vai só a Aldeia dos Fernandes, também é pago para estar onde for preciso, solicitando, por isso, que não façam confusão. -----

O que lhe faz confusão é o Sr. deputado dizer que o P.S., que ganhou as eleições em Almodôvar, é o responsável por não haver médico. Não se deve fazer política à volta deste assunto, pois o que aqui está em causa é a falta do médico que tanta falta faz a todos. Mas há uma coisa que é importante, se alguém tem culpa no cartório é o PSD, pois o PS não é governo e é ao governo, concretamente ao Ministério da Saúde, que compete a colocação dos médicos. Por isso, faz-lhe confusão falar-se do PS, quando o culpado é o PSD, que é governo. Tem a certeza que se o PS for Governo, do mesmo modo que conseguiu um médico para vir todos os dias a Gomes Aires, também vai conseguir um para a Aldeia de Fernandes.-----

Pediu a palavra o **deputado Ricardo Jacob**, que disse não estar em causa todo o esforço e toda a hombridade que o Sr. deputado José Germano fez para conseguir um médico para a sua freguesia, não é isso que está aqui em causa. O que está em causa são as futuras negociações com a Região de Saúde de Beja, é isso que está em causa, pelo que temos que ter cuidado. Não falei de política, não está em causa se é o PSD, que agora está no governo e está a cometer erros, como o PS já cometeu e voltará a cometer, não é isso que está aqui em causa. O importante é que nós assumamos as nossas responsabilidades e vocês, quando ganharam as eleições, assumiram claramente que isto era um

paraíso ao nível da saúde e isso não acontece e não irá acontecer porque a Câmara não tem competências próprias na área da saúde. Vamos assumir isso com toda a frontalidade. Não vamos personalizar isto, seja o que for são questões de política, essencialmente de política estrutural, e estamos a falar de uma matéria estrutural, não vamos aqui confundir alhos com bugalhos.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** chamou a atenção que o assunto em discussão é um problema que estamos a tentar resolver, que é um problema de Almodôvar, de todos nós, utentes de saúde, e, por isso, devíamos estar unidos. Numa matéria desta natureza estamos a atirar balas em todas as direções, o que não deve acontecer. Lá virá o tempo de se fazer política, lá virá o tempo de recarregar balas para as eleições, mas agora, neste momento, devíamos estar todos unidos, pois a saúde é um problema de todos. -----

A **deputada Fátima Paleta** reconheceu que se está com um problema entre mãos, que é o problema da saúde e esta crispação que aqui se está a gerar entre as diversas forças políticas não traz muita saúde para as pessoas de Almodôvar. Em relação a um suposto paraíso, na área da saúde, do qual nunca ouviu falar, que está a ouvir agora pela primeira vez, não sabe do que se trata. O que ouviu falar, isso sim, foi que alguém tinha a vontade de resolver o mais possível os problemas quer da educação, quer da saúde, enfim, quaisquer problemas que existissem, para melhor servir a população de Almodôvar. Lamenta, que os candidatos aos executivos das Câmaras Municipais, às vezes, acabem por ir na onda e prometam realmente melhorias, que são legítimas, mas não são da sua competência e, realmente, nem a legislação diz que a saúde pública é da responsabilidade das Câmaras. A saúde das pessoas não é da responsabilidade das Câmaras Municipais. Existe um Ministério da Saúde e é esse Ministério que tem de resolver esses problemas, que deve acautelar a assistência médica designadamente às pessoas menos favorecidas e que vivem em locais mais periféricos. Agora, o que lhe parece é que é legítimo que perante este panorama tão mau, em que há a ideia de que os governos vão empurrando para as Câmaras Municipais as responsabilidades de tudo, da educação, da saúde, da assistência social, de tudo e mais uma coisa, os executivos ou candidatos a executivos têm vontade e querem fazer o seu melhor e, face a isto, não duvida que o atual executivo, ou o anterior, tenha tentado fazer o melhor possível. Disto não tem dúvidas, pois ninguém tem o prazer em fazer as coisas mal. No entanto, as pessoas podem conseguir mais ou conseguir menos, dependendo dos contextos, e, portanto, o que está aqui em questão é o problema da saúde dos almodovarenses e não o problema

de saber se é um paraíso ou não. O paraíso não existe, existem é melhorias que só decorrem da conjugação de esforços e é concluído que é uma defensora acérrima da conjugação de esforços.-----

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

B.1. - PROPOSTA N.º 36/PRESIDENTE/2014 REFERENTE À EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, QUE IRÁ RESULTAR DO CONTRATO DA “EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DE ARTÉRIAS DO CENTRO HISTÓRICO DA VILA – RUA DA MALPICA, RUA DO ARCO E RUA DO AFONSO”: -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse uma abordagem sobre este assunto antes de o colocar a discussão.-----

O Sr. **Presidente da Câmara** informou que esta proposta foi presente a reunião de Câmara Municipal, no dia 19 de março, que este investimento plurianual do projeto de Requalificação Urbanística do Centro Histórico, nomeadamente da Rua da Malpica, da Rua do Afonso e da Rua do Arco, teve um valor inicial de 560 mil euros e está agora a ser adjudicado por um valor diferente, mas que envolve um compromisso plurianual que se estende até ao ano de 2015.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação, a **Proposta n.º 36/PRESIDENTE/2014** referente à Emissão de Autorização para a Assunção do Compromisso Plurianual, que irá resultar do Contrato da “Empreitada de Requalificação Urbanística de Artérias do Centro Histórico da Vila – Rua da Malpica, Rua do Arco e Rua do Afonso”, a qual **foi aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,IPA,PSD). -----

B.2. - PROPOSTA N.º 54/PRESIDENTE/2014 RELATIVA AO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P., QUE DEFINE AS REGRAS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS DO CIDADÃO E RESPECTIVO FUNCIONAMENTO:-----

O Sr. **Presidente da Assembleia** introduziu o assunto e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que tecesse algumas considerações sobre o mesmo. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que este é um assunto que requer algum cuidado no seu tratamento. Como é do conhecimento de todos, o Governo, neste momento, está na iminência de encerrar alguns serviços públicos, nomeadamente, as finanças. Existe um silêncio total à

volta do assunto, e porque nunca fomos contactados nesse sentido, não sabemos se vão encerrar ou não. Todas as diligências que têm sido feitas em nome do município, encabeçadas, neste caso, pelo Presidente da Câmara, como seu representante, têm sido no sentido de sensibilizar o Ministério das Finanças para o não fecho de um serviço que é tão importante para o concelho de Almodôvar. Neste contexto, fomos convocados pelo Dr. Joaquim Costa, Secretario de Estado para a Modernização Administrativa, para reuniões na CIMBAL, para averiguar da possibilidade de serem criados espaços do cidadão, que no fundo vão um pouco ao encontro daquilo que é a Loja do Cidadão. Estes espaços, inicialmente não mereceram o apoio dos municípios representados na CIMBAL. Nas duas reuniões que tivemos, foi-nos apresentado um esboço de uma proposta que nada tinha a ver com a proposta de protocolo que agora nos é enviado e que vocês receberam. Nesta proposta de protocolo, o Sr. Secretario de Estado, em nome do Governo, dá-nos a incumbência da realização de tarefas que vão desde a ADSE, passando pela Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Instituto do Consumidor, SEF, IMT etc., todas as competências e trabalhos que são inerentes, regra geral, a uma loja do cidadão. Naturalmente, esta atitude foi por nós interpretada como sendo o início do processo de fecho de finanças e outros serviços públicos e, evidentemente, estamos contra isto. Em reunião de Câmara, foi apresentado e votado este assunto e, por unanimidade, decidiu-se votar contra esta proposta e informar o Sr. Secretário de Estado da nossa recusa. Não estamos contra a eventualidade de abrir uma Loja do Cidadão, e vou repetir isto muito claramente para que o Sr. deputado Ricardo Jacob possa ouvir, não estamos contra abrir uma Loja de Cidadão em Almodôvar caso a mesma seja necessária para servir a população, mas estamos é contra o facto de o Governo estar a querer encerrar ou de ter a ideia obscura, em agenda, de encerrar serviços, e começar por um protocolo que é indigno de ser apresentado a um município. Este protocolo inclui um rol de serviços sem conta, e dá-nos 117 euros por mês, depois temos também que ter formação, instalações, pagar todas as contas, e isto é indigno, não somente o silêncio governamental em relação a este assunto, mas a própria proposta de protocolo. Ora, o que se pretende é que a assembleia, caso assim o entenda, vote contra esta proposta. Repito, a intenção de todo o executivo em trazer esta proposta à Assembleia Municipal não é inviabilizar, no futuro, caso seja necessário, a abertura de um espaço de cidadão para servir quem paga os impostos, mas sim, inviabilizar este protocolo, criar uma pressão maior do que aquela que a reunião de Câmara criou ao deliberar não aprovar este protocolo, e informar o Sr. Secretario de Estado da nossa decisão unânime. É isso

que se pede à Assembleia, que tome uma posição nua, dura e crua sobre este assunto. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que esclarece-se se esta proposta é uma tomada de posição individual da Câmara Municipal, ou se a CIMBAL vai reunir todas as propostas das Câmaras Municipais para, depois, tomar posição. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que esta é a proposta da Câmara Municipal de Almodôvar, que a CIMBAL já tomou posição pública sobre a matéria e a enviou ao Sr. Secretário de Estado, dando-lhe conta que os 13 municípios aí representados repudiaram as propostas dessa reunião. -----

Acontece que todos os municípios receberam, de uma maneira muito personalizada, uma proposta como se estivesse já assumido um compromisso entre nós, mas tal compromisso nunca chegou a existir, como se poderá verificar no e-mail que se juntou à proposta. Tudo foi preparado para ser assinada como se nós, de facto, tivéssemos acordado algum protocolo, o que não é verdade, porque o repúdio a esta proposta foi, desde o início, iminente e claro. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** sublinhou que esta proposta se pode considerar, então, como um reforço da posição da CIMBAL e que, portanto, a proposta é a rejeição do protocolo. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia, colocou à votação **Proposta n.º 54/PRESIDENTE/2014, que Rejeita a proposta inicial de Protocolo**, apresentada pelo Gabinete do Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, que define as regras para instalação e funcionamento de espaços do cidadão e respetivo funcionamento, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA, PSD,). -----

B.3. - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO:-----

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que se trata de compromissos já assumidos em reuniões anteriores e que têm a ver com a empresa Vargas & Dias, Ld.ª - Aquisição de Serviços – Manutenção dos Espaços Verdes do Complexo Desportivo, num contrato plurianual que vai até 2016 e a Aquisição de Serviços – Licenciamento e Suporte Técnico da *firewall* para a Câmara com a empresa *TECNIREDE*, que foi também já assumido pela nossa Câmara municipal e que vai até 2017. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

B.4. - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA; (ALÍNEA C) DO N.º 2 DO Art.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO):-----

O Sr. **Presidente da Assembleia** leu o ponto da Ordem do Dia e perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se queria acrescentar alguma coisa.-----

No uso da palavra, o Sr. **Presidente da Câmara** disse que nada tinha a acrescentar, que o relatório foi disponibilizado, que os Srs. deputados tiveram acesso ao mesmo, e julga que não é necessário estar a explicar nenhum aspeto do relatório, visto que o mesmo está descrito e bem feito e, caso haja alguma pergunta a ser feita, está disponível para responder. -----

O Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções neste ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito os deputados José Brites e Celeste Sebastião. -----

O **deputado José Brites** referiu que no ponto das Intervenções pediu a palavra, mas devido à pausa dos trabalhos para elaboração da proposta sobre a saúde e respetiva apresentação, não lhe foi dada a palavra e gostaria de a ter, embora agora o ponto seja sobre a Atividade Municipal, mas as suas questões também estão relacionadas com a Atividade Municipal e gostaria que o Sr. Presidente da Câmara lhe respondesse às suas questões. -----

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que, assim, só poderá intervir apelando à Assembleia, porque a mesa considera que se devem cumprir e respeitar os pontos da agenda. O Sr. deputado, na altura das intervenções, se queria usar da palavra, não deveria ter deixado avançar-se no ponto da ordem de trabalhos e deveria, por conseguinte, ter pedido a palavra novamente. -----

O **deputado José Brites** apelou à assembleia para que pudesse intervir e expor as suas questões, considerando que estaria no período de antes da ordem do dia, nas intervenções. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** pôs à votação da Assembleia o apelo formulado pelo deputado José Brites, que solicitou fazer uma intervenção neste ponto, que é a atividade Municipal, como se estivesse ainda no período de antes da ordem do dia. -----

Este **apelo foi aprovado por maioria**, com 13 votos a favor, 3 abstenções e 5 votos contra. -----

O Sr. Presidente da Assembleia entendeu dar primeiro a palavra à deputada Celeste Sebastião e, depois, ao deputado José Brites. -----

A deputada **Celeste Sebastião** referiu que gostaria de levantar algumas questões relacionadas com as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 e as Revisões que se lhe seguiram.-----

Em 1.º lugar, referiu que nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, só existiam rubricas com dotações adequadas para os investimentos que estavam em curso ou que, de alguma forma, tinham procedimentos concursais lançados ou até já na fase de apreciação de propostas. Esse foi o motivo porque o grupo dos Independentes Por Almodôvar votou contra os documentos apresentados, na medida em que não foram acolhidas pela maioria, um conjunto de propostas que fizeram e, porque não havia nenhuma indicação sobre quais seriam as prioridades que este executivo maioritariamente defenderia. Mais tarde, continuaram com as mesmas dúvidas, mesmo com a apresentação da primeira Revisão Orçamental na Assembleia Municipal de fevereiro e que foi realizada, entre outras coisas, para acolher um milhão e 800 mil euros de financiamentos comunitários. Continuaram com as mesmas dúvidas porque, como devem estar recordados, a proposta foi de aplicar este montante recebido e proveniente de investimentos já realizados maioritariamente em despesas correntes. É justo salientar que, nesta primeira revisão, ficamos a saber que, na Requalificação do Centro Histórico da vila de Almodôvar, o projeto seria realizado por fases e que, nesta primeira fase, avançaria apenas com as Ruas da Malpica, do Afonso e do Arco, com as disponibilidades financeiras que o município dispõe e com a real possibilidade de obtermos financiamentos comunitários para a totalidade deste projeto. Pensamos que foi um erro não avançar com toda a área abrangida, ou seja, mais as Ruas de Beja, da Praça, do Relógio, as Travessas da Farmácia e da Escondidinha, até porque estas são as que estão em piores condições e mais necessitam de... -----

O Sr. **Presidente da Assembleia**, interrompendo, fez uma observação que considerou ter equidade, chamando a atenção da Sr.ª deputada para o facto de, neste ponto, se discutir o Relatório de Atividades, e a sua intervenção não lhe parecer estar a ser sobre o Relatório.-----

A **deputada Celeste Sebastião** referiu que a sua intervenção é colocar questões ao Sr. Presidente da Câmara, exatamente sobre as atividades do executivo durante este período. Está a fazer uma introdução, porque foram apresentadas a esta Assembleia as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, e porque estamos no final do

primeiro semestre de 2014, gostávamos de colocar algumas questões relativamente às atividades que foram executadas ou não. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** chamou a atenção para a ordem de trabalhos, que diz apenas que temos de discutir o relatório de atividades deste período. -----

A **deputada Celeste Sebastião** questionou se o relatório de atividades não versa sobre as atividades desenvolvidas durante este período, o 1.º semestre de 2014, é sobre isso que está a falar.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** sublinhou que o período é o de 29 de abril a 31 de maio. O relatório das atividades da Câmara diz respeito às atividades que foram feitas no período de 29 de abril a 31 de maio. Realçou, novamente, que a mesa entende que a intervenção da Sr.ª deputada está a extravasar este período de 29 de abril a 31 de maio.-----

Em resposta a **deputada Celeste Sebastião** mencionou que a sua intervenção consiste em colocar questões ao Presidente da Câmara e ao executivo sobre as atividades municipais, achando que esse é um direito e um dever do deputado municipal. -----

Subitamente, o **Sr. Vereador António Sebastião** proferiu algumas palavras que não ficaram gravadas por não ter usado o microfone. Depois, disse que deixassem as pessoas colocar as questões. Proferiu mais algumas palavras que não são audíveis. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** considerou este facto inédito na assembleia, referindo que o Sr. Vereador, num outro dia, disse que o mandava prender e agora intervém na assembleia, era realmente uma coisa nova. Prosseguindo, referiu que pretendem fazer tudo o que lhes apetece, não querem disciplina, não querem regulamento. Num outro dia, ali fora, disse que o punha em tribunal para toda a gente ouvir, agora intervém na própria assembleia, coisa que nunca aconteceu. Questionou o que querem afinal, dizendo que se quiserem tomar conta da Câmara, entregam-na. Referiu, novamente, que não há regras para os senhores, que não querem obedecer a regras, que no outro dia toda a gente ouviu que dizia que o mandava prender e agora está nisto. Foi verdade ou mentira que disse que o mandava prender, interrogou. -----

O Sr. **Vereador António Sebastião** proferiu algumas palavras que não ficaram gravadas por não ter usado o microfone. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** disse: "toda a gente ouviu o vereador". -----

O Sr. **Vereador António Sebastião** proferiu: "não diga asneiras" ---

O Sr. **Presidente da Assembleia** disse: então isto é mentira? O Sr. está-me a desmentir? Tenho aqui testemunhas que o ouviram ali fora, a sua filha estava ao seu lado, ouviu o que é que eu lhe disse e eu disse-lhe que o Sr. não me manda prender, que não me faz o mesmo que fez ao professor Duarte, que teve 5 processos em tribunal, está a perceber, teve que ir até à Relação, é mentira isto? -----

O Sr. **Vereador António Sebastião** proferiu: "é mentira". -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** disse: "é mentira, ela está aqui que diga". -----

O Sr. **Vereador António Sebastião** proferiu algumas palavras que não ficaram gravadas por não ter usado o microfone. Disse, ainda: "o Sr. tem de ter noção do cargo que desempenha aqui neste município". -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** ripostou, dizendo que tem noção para estar aqui e que só interveio porque o Sr. Vereador interveio. Acrescentou que já sabia que isto ia acontecer, que já é a segunda vez. No dia no 25 de abril queria intervir, no dia da tomada de posse queria intervir, o Sr. Vereador quer intervir sempre. Concluiu dizendo para o Sr. Vereador meter na cabeça que não é dono do concelho. -----

O **deputado Francisco Teixeira** pediu um ponto de ordem à mesa, dizendo ao Sr. Presidente da Assembleia que tem de ter calma e atender às intervenções dos membros da assembleia. Seguidamente, o Sr. deputado proferiu outras palavras que não são audíveis, por não falar junto ao microfone. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** disse ao deputado Francisco Teixeira que a sua intervenção não é para ali chamada. -----

O **deputado Francisco Teixeira** disse que o que o Sr. Presidente estava a fazer era uma prepotência, era uma falta de capacidade de diálogo... (proferiu outras palavras que não são audíveis, por não falar junto ao microfone). -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que já sabia que isto ia acontecer, no entanto, disse que não ia mandar chamar a guarda -----

(Seguidamente, vários intervenientes falaram ao mesmo tempo, tornando-se a conversa impossível de transcrever, por não ser audível). -

O **deputado Francisco Teixeira** lembrou: "eu já disse aqui aos Srs. que eu nunca mandei chamar a Guarda Republicana, mas eu um dia explico a vocês porque é que ela veio cá dentro, e digo-lhe mais, eu nem sequer era Presidente da Assembleia Municipal, vocês deveriam ler as atas e saber o que é que se passou na vida política de Almodôvar e não

sabem... (proferiu outras palavras que não são audíveis, por não falar junto ao microfone). -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** retorquiu: "eu assisti ao seu comportamento" -----

O **deputado José Germano** disse: "perderam, agora quem manda é a gente, acabou, estamos a brincar com isto". -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** dirigindo-se ao Sr. deputado José Germano, disse-lhe que se acalmasse, senão teria de mandá-lo sair da sala. Seguidamente deu a palavra à deputada Celeste Sebastião. -----

A **deputada Celeste Sebastião** afirmou que realmente tem pena e acha lamentável que num órgão democrático, como é a Assembleia Municipal e para a qual foram todos eleitos para representar os munícipes e o nosso concelho, se tenham passado cenas destas na nossa Assembleia. Achou lamentável que o Sr. Presidente lhe tenha cortado a palavra, porque julga, pelo que entende disto, que é um direito de qualquer deputado da Assembleia Municipal colocar questões ao Sr. Presidente da Câmara, em qualquer momento e em qualquer sessão da Assembleia Municipal. Por outro lado, as suas questões, bem como toda a sua intervenção, está relacionada com o período sobre o qual versa o relatório que nós estamos aqui a abordar e está no ponto da ordem do dia. Diz não perceber qual foi o motivo da exaltação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas só tem a dizer que é realmente lamentável. --

O Sr. **Presidente da Assembleia**, interrompendo a intervenção, referiu que também tinha o direito de responder ao que a Sra. deputada estava a dizer. Prosseguindo, disse que a Sra. deputada assistiu, no final de uma assembleia, quando a mesma já tinha acabado, no átrio, quando alguém o interpelou, dizendo que o ia por em tribunal. Seguidamente perguntou: "é verdade ou mentira isso?". -----

A **deputada Celeste Sebastião** referiu que esse assunto nem sequer é aqui chamado para a assembleia. O que assistiu aqui é que estava a fazer uma intervenção e o Sr. Presidente a interrompeu e quis-lhe cortar a palavra, foi isso a que assistiu.-----

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que isto é o extravasar de uma situação que os Srs. têm criado. -----

Prosseguindo, disse à Sr.^a deputada que continuasse a sua intervenção, acrescentando que não se vai acobardar, ainda que digam que o põem em tribunal. -----

O **deputado Francisco Teixeira** falou sobre a ordem do dia, mas não se percebeu por não ter falado ao microfone. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que o deputado Francisco Teixeira agora não está no uso da palavra, dando a palavra à **deputada Celeste Sebastião**-----

Retomando a palavra a **deputada Celeste Sebastião** recordou que estava a falar da primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovada nesta Assembleia Municipal em fevereiro deste ano, feita para, de entre outras coisas, acolher um milhão e 800 mil euros de financiamentos comunitários, e como também devem estar recordados, este montante recebido e proveniente de investimentos foi posteriormente aplicado quase na sua totalidade em despesas correntes. Disse ser justo também salientar, que no âmbito desta primeira Revisão ficamos a saber que no âmbito da requalificação do centro histórico da vila de Almodôvar o projeto seria realizado por fases e que nesta primeira fase avançaria apenas com as Ruas da Malpica, do Afonso e do Arco, com as disponibilidades financeiras que o município dispõe e com a real possibilidade de obtermos financiamentos Comunitários para a totalidade do projeto. Pensam que foi um erro não avançar com toda a área abrangida, ou seja, mais as Ruas de Beja, da Praça, do Relógio, as Travessas da Farmácia e da Escondidinha, até porque estas são as que estão em piores condições e mais necessitam de requalificação.-----
Com a segunda Revisão às Grandes Opções do Plano aprovada na Assembleia Municipal de abril e para acolher os dois milhões de euros do saldo da gerência anterior, também não houve grandes alterações que nos possibilitassem perceber quais são as estratégias ou projetos para o concelho, na medida em que continua a aplicar verbas consideráveis em despesas correntes, neste caso foram cerca de 700 mil euros ficando por avançar em 2014 qualquer projeto de investimento até à data. Provavelmente a estratégia é mesmo esta, não realizar investimentos, utilizar recursos financeiros em gestão e despesas correntes pode ser útil, no imediato, com a ilusão de benefícios eleitorais, mas seguramente é mau para o concelho no que diz respeito ao seu desenvolvimento futuro. De qualquer maneira, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara como é que está a execução do Plano de Atividades para este ano, dado que estamos mesmo no final do sexto mês, estamos no final do 1.º semestre de 2014 e, já deveriam estar no terreno, em execução, várias propostas então apresentadas. Lembrou ao Sr. Presidente da Câmara que, no âmbito desta segunda Revisão, de abril de 2014, criaram 14 rubricas novas a que chamaram projetos novos e gostaria apenas de identificar alguns e perguntar como é que está a sua execução.-----

Entre eles, destacou a Requalificação dos Edifícios Municipais, a Reparação e Manutenção em Escolas do Concelho, a Requalificação Urbanística na Aldeia dos Fernandes, os Arranjos Exteriores do Cineteatro

de Almodôvar, a Manutenção do Relvado do Campo de Futebol no Complexo Desportivo, entre outros.-----

Disse, que também gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o reforço que foi feito noutras rubricas de despesa e de capital e, por conseguinte, se foi feito um reforço é porque há uma clara intenção de os concretizar, também presentes na segunda Revisão, salientando, a titulo de exemplo, a Aquisição de Habitações, o Pavilhão Gimnodesportivo, o Museu de Arte Sacra, o Equipamento Básico para o Museu de Arte Sacra, a Repavimentação da Rua da Igreja e da Rua do Cemitério em Santa Clara-a-Nova, entre tantas outras, que como eu referi são 14 novos projetos e o reforço de talvez mais umas 20 rubricas.

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que são perguntas que merecem uma resposta sensata e coesa, visto estarmos a mexer com dinheiros públicos. De facto, abriram rubricas novas, aquelas que julgaram serem necessárias abrir e também aquelas que as Juntas de Freguesia informaram que achavam, por bem, serem abertas no domínio de obras prioritárias.-----

Explicou que o facto de abrir essas rubricas não significava que fossem todas executadas em simultâneo, até porque, como sabem, os projetos para serem executados requerem procedimentos que levam o seu tempo e, como tal, é bem natural que num primeiro mandato haja alguma dificuldade em por os projetos em prática, o que não quer dizer que as pessoas sejam incompetentes, mas, o certo, é que, por vezes, as coisas têm de ser bem analisadas e, com isso, pode pecar-se por algum excesso de zelo. Disse que, como é sabido, hoje em dia não se fazem obras repentinamente, sem ter a certeza se as mesmas serão ou não candidatáveis aos projetos de financiamento, porque as Câmaras vivem com algum sufoco, e se formos só despende dinheiro sem ter a certeza que esses projetos são aprovados pelos fundos europeus, temos que pensar duas vezes. No caso da Rua da Malpica, Rua Afonso e Rua Arco, trata-se de um projeto que conseguimos submeter a uma candidatura de dinheiros extras, que foram negociados já este ano, pelo que estamos naturalmente muito felizes por ter conseguido esse financiamento, e também iremos conseguir financiamento para o restante projeto da Rua de Beja, Rua Dr. João de Brito Camacho e outras Ruas que se ligam a estas. Este projeto está em execução, é um projeto prioritário, já tive oportunidade de dizer isto na Assembleia. Consideramos mais prioritárias as obras destas ruas do que as próprias Ruas da Malpica, do Afonso e do Arco. Acontece que o projeto destas ruas, em termos de arquitetura, não estava completo e o outro estava, e tendo nós poucos dias para o apresentar, optamos por esta prioridade. Foi apenas esta a razão. O projeto da Rua de Beja, Rua Dr. João de Brito Camacho e as ruelas que

se ligam a estas, nomeadamente, a Rua do Relógio, virão a seguir, pois também são prioridade para nós, pelo facto de termos conhecimento que estas ruas necessitam de alguma requalificação, tanto em termos de pavimento como em termos de regeneração de esgotos, águas pluviais, etc. Portanto serão obras que se concretizarão a seguir. -----

A Sr.^a deputada falou da questão dos investimentos em termos dos edifícios municipais. Como sabe, neste momento não conhecemos ainda o teor do novo programa europeu de ajuda financeira. O novo quadro económico começa em 2014, não se sabe bem quando. Existe um projeto na Câmara Municipal, já pensado para o edifício municipal, que nós chamamos o "edifício antigo". Não o colocamos ainda em prática, porque não sabemos se é ou não possível candidatá-lo, e caso não seja possível candidatá-lo, encontraremos uma solução alternativa.-----

No entanto não deixaremos de fazer obras municipais. Temos estado a encontrar soluções para as Piscinas, que têm sido sujeitas a obras por administração direta, porque precisavam delas. O edifício das oficinas municipais está a ser reparado. Existem ainda outras obras que têm sido feitas pelo concelho, de natureza municipal. -----

Seguidamente, frisou que não estão parados, que não estão a fazer os grandes projetos, mas recusou-se a aceitar ideia da sr.^a deputada de que se está a tentar desviar o dinheiro para a despesa corrente para benefícios eleitorais. É o primeiro ano do seu mandato e não acredita que qualquer político, por muito inexperiente que seja, faça isso no primeiro ano da sua eleição. Tal, a ser feito, seria no último ano do mandato, embora pense, a este respeito, que tal ação não seria digna de ser feito, pois as pessoas estão primeiro e é por isso que aplicam muito dinheiro em benefícios das pessoas. -----

Recordou que 4 meses passados, depois de terem colocado o cartão Almodôvar Solidário a 100%, já pagaram mais 14.500 euros do que em período homólogo do ano passado, só pelo facto de terem subido o cartão para 100%. Há, claramente, aqui, um investimento nas pessoas, e foi isso que sempre se disse, desde o início, ou seja, este primeiro ano de mandato seria um ano para tentar encontrar soluções viáveis para a comunidade, as pessoas estão primeiro e continuam a estar. -----

Não quer dizer que não se tenha feito até agora investimentos de capital, pois estão a fazê-lo, como o prova o projeto de Requalificação da Zona Sul de Almodôvar. Está-se a trabalhar neste projeto. Outro projeto, é o projeto das Águas Pluviais da Rua Serpa Pinto até ao posto da GNR, que ficou pronto a semana passada e que vai agora ser avaliado por outros técnicos para ver se está em condições de avançar. É importante que este projeto avance, pois, como sabem, existe um problema que persiste há muitos anos, cada vez que chove as tampas ao longo da

GNR, azinhaga da borrega etc. saltam, bastando, para isso, a mínima chuva, e isso tem de ser resolvido. Está-se também a trabalhar no projeto dos gavetões e do acesso superior do cemitério, que Sr.^a deputada não mencionou. Está-se à espera de uma reunião com o projetista para poder depois abrir concurso. Existe ainda a Estrada da Aldeia dos Fernandes para a EN2 na A-do-Neves, a estrada que vai da Aldeia dos Fernandes até ao limite da Freguesia, até à ponte da abobada. Vai-se abrir concurso, só não se abriu ainda, porque a CCDR não tinha dado o respetivo parecer. Em relação ao cineteatro, cuja obra continua, ainda não parou, mas, o certo, é que a obra tem tido sucessivos atrasos e prorrogações de prazo. Falta ainda fazer os arranjos exteriores que, naturalmente, só serão feitos depois da obra estar concluída. Nesta obra, falta-lhe o projeto cénico, tendo já conseguido reduzir significativamente o seu custo, de 150 mil euros para 125 mil euros, sem perder qualidade de equipamento, apenas sujeitando-o à avaliação de mais que um projetista.-----

Portanto, as obras estão a surgir naturalmente e os senhores deputados, bem como a população em geral, não está à espera que este executivo coloque as obras todas na mesa, sem a responsabilidade de verificar se os preços estão adequados, se há deficiências, se os projetos estão bem elaborados, porque, alguns destes projetos, e tem de ser honesto, vieram do anterior executivo e não foram colocados na mesa por alguma razão. Temos que verificar qual foi essa razão, ou porque não havia fundos comunitários, ou porque os mesmos, porventura, não estavam prontos. Recordou que existe um projeto para os Armazéns Municipais com o valor de 1milhão e 500 mil euros, com o qual não se pode concordar, pois acham que é um projeto demasiado ambicioso para uma verba que não é candidatável neste momento. A Câmara não tem possibilidade, neste momento, de escoar o dinheiro que tem para investimento em obras que não podem ser candidatas, e, depois, ficar sem dinheiro para outros projetos futuros. Há que ser coerente e saber jogar com os números. Há que escolher bem as prioridades, gastando o dinheiro bem gasto. Veja-se o caso do Pavilhão Gimnodesportivo, cujo projeto tem de ser revisto, chamando-lhe, caso seja necessário, outro nome, para o podermos candidatar, a fim de conseguirmos um custo mais baixo. Todos reconhecemos a urgência desta obra, mas temos de encontrar a melhor solução para a população, para os cidadãos, mas temos também a obrigação de encontrar a melhor solução para os nossos dinheiros que são públicos, não bastando, simplesmente, querer fazer tudo à pressa, a qualquer preço, apenas para agradar a alguns. Temos que agradar às pessoas, temos que ter uma visão global, temos

de ter os melhores projetos para enriquecer com qualidade o município, que é para isso que nós cá estamos.-----

Seguidamente, foi dada a palavra ao **deputado José Brites**, que leu as seguintes questões: -----

"Assunto: Abertura e tapagem de valas nas Ruas de Almodôvar -----

Um - *"Se tem conhecimento que na rua Dr. Hélder Pinheiro Ramos e Barros, entre os prédios com n.ºs. de polícia 42 e 44, da existência de uma passagem com destino a um prédio rústico, tendo nela sido aberta uma vala, penso por parte da Câmara Municipal, que se encontra vedada com alguns ferros e rede plástica que, pelos seus indícios, mostra já haver algum tempo que se encontra paralisada, dado o seu estado de abatimento em relação ao pavimento desta rua, impedindo, desse modo, a passagem a qualquer transporte, pelo menos para o prédio rústico anexo a esta rua. -----*

Dois - *Também, penso por parte da Câmara Municipal, na Rua da Entrada norte foram feitas pequenas (duas) valas que foram tapadas, faltando a colocação do betume e ao final da rua encontra-se um entulho que penso ser para empregar ou que sobrou das referidas valas.*

Três - *Caso negativo, não sendo estas obras da Câmara, e havendo não só abertura de vala, como material, ocupando a via pública, pergunto se foi feito à autarquia, por parte da firma ou firmas responsáveis, algum pedido de licença de ocupação da via pública, uma vez que o terreno é do domínio público municipal, ou ainda se os mesmos foram objeto de deliberação ou outra medida, em sua substituição.-----*

Assunto: Parques infantis em Almodôvar -----

Um - *Como é do conhecimento público, estão distribuídos em volta da vila de Almodôvar vários parques infantis, onde as crianças vão brincar, fazendo-se acompanhar por seus familiares e outros adultos.-----*

Dois - *Além destes, há também seniores e até da terceira idade que diariamente praticam a atividade física, percorrendo a pé várias ruas da vila e até fora dela, poderão continuar a fazê-lo e, mais, permitindo na sua passagem vir a praticar ali também alguma atividade física, podendo deste modo não só as crianças, mas também aos seniores, tornar-se para eles, dentro da própria vila, num verdadeiro mini circuito. -----*

Três - *Também existem equipamentos, como bicicleta, balança, elevador, pónei e outros, que permitem trabalhar vários grupos musculares, adaptando-se a sua utilização a todas as faixas etárias. -----*

Quatro - *Deste modo, dando como exemplo, em cada parque a colocação ali de um equipamento diferente, por um lado, permitia a*

todos, crianças e adultos que os acompanham, enquanto ali estiverem praticarem também alguma atividade física. -----

Cinco - *Se tem conhecimento que o único parque infantil e jardim existente na Aldeia dos Fernandes está munido de vários equipamentos (quatro) agora propostos, todos descobertos ou seja ao ar livre, ali colocados pelo anterior executivo, desconheço se da Câmara ou da Junta, só tendo sido pena que aqui em Almodôvar, não tivesse quem de direito optado fazer o mesmo dando como exemplo quem sabe na nossa Praça da República.-----*

Seis – *Assim, solicito agora sobre as sugestões apresentadas, para ver da sua viabilidade de ser aceites alguma delas, senão ambas, pelo presente executivo, dando assim aos residentes em Almodôvar que presentemente nada têm para a prática de atividade física, ou seja, dar idênticas condições aquelas que já têm, neste caso os residentes na Aldeia dos Fernandes.-----*

Assunto: Ribeira de Cobres – Almodôvar -----

Ponto um - *Uma vez que a presente obra já vem do executivo anterior e que está agora praticamente terminada até S. Pedro a remodelação das redes de água e esgotos e do alargamento da ponte do cais da ribeira.-----*

Ponto dois - *Se nesta fase do projeto, agora em conclusão, se nele está ou não prevista qualquer solução para neste mesmo Cais da Ribeira, nomeadamente antes da ponte entre as ruas do Algarve, Bento Afonso e Travessa da Palha, isto uma vez que quando todos os anos há chuvadas ficam junto a ribeira aquelas ruas inundadas e, por tal motivo, intransitáveis não só as pessoas como por vezes também as viaturas. ----*

Ponto três - *Caso negativo se está agora, pelo presente executivo, previsto a realização de algum estudo, solução, ou medida para resolver esta situação. -----*

Ponto quatro - *Se tem conhecimento que normalmente todos os anos é feita limpeza desta ribeira junto à vila. -----*

Ponto cinco - *Caso afirmativo, se a limpeza está também prevista para este ano e neste verão. -----*

Assunto: Ponte do Monte Caminho- Santa Clara-a-Nova. -----

Se tem conhecimento que a ponte existente no caminho que atravessa a Ribeira de Mira, nas proximidades do Monte Caminho da união de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, que se encontra há mais de um ano com as suas guardas de ferro em mau estado, encontrando-se de um lado (parte) toda partida.-----

Caso afirmativo, se já foram feitas diligências, para uma futura reparação. -----

Assunto: Caminho Viúvas limite freguesia S. Pedro Sólis. -----

Se tem conhecimento que este caminho praticamente tem zonas intransitáveis, nomeadamente logo à saída das Viúvas, com o pavimento levantado formando ali grandes covas. -----

Caso afirmativo, para quando a colocação, não só da respetiva sinalização para alertar os condutores, como, posteriormente, da sua reparação. -----

Assunto: Estrada Aldeia Fernandes – A-Do-Neves - EN2-----

Em que situação se encontram os trabalhos nesta estrada. -----

Assunto - Construção da Passagem anexa a CERCICOA-Almodôvar. -----

Ponto Um - *Se tem conhecimento que esta passagem continua sem ser utilizada pelo público, derivado faltar só o acabamento das escadas. -*

Ponto dois - *Se tem conhecimento ou se está para breve, por parte da CERCICOA, a colocação da rede ainda em falta do muro já feito no canto da rua das Eiras e desta passagem. -----*

Assunto: Poço de Santo António-Almodôvar. -----

Para quando a colocação da Sinalização no caminho onde se encontra este poço? -----

Assunto: Zona Industrial – Armazém. -----

Se já foi feita ou está para breve a escritura de compra e venda em relação ao Lote 7 do Loteamento industrial em Almodôvar, onde se encontra ali construído um armazém. -----

Caso afirmativo, qual o aproveitamento ou fins a que o mesmo se destina? -----

Assunto: Avaliação de Desempenho (SIADAP) -----

Se este sistema de avaliação de desempenho para o biénio 2013/2014 abrange ou abrangeu todos os trabalhadores do Município? -----

Assunto: Serviços Públicos – Almodôvar. -----

Se a Câmara Municipal nos serviços museus, piscinas, mercado etc., que se encontram distribuídos pela vila de Almodôvar e que atendem ou recebem público, já se encontram munidos do respetivo livro de reclamações. -----

Assuntos: Várias obras. -----

Começo por referir que muitas das obras necessárias e expostas nesta assembleia, em várias sessões, umas já foram executadas, outras aguardam conclusão e as seguintes: -----

a) Abertura de valeta de águas pluviais junto ao passeio na Rua estrada de S. Barnabé. -----

b) Iluminação na azinhaga atrás da GN.R. -----

c) Fissuras na Rua estrada de S. Barnabé. -----

d) Cano de águas residuais a desaguar na ribeira de Cobres por baixo do poço chafariz. -----

Encontram-se por iniciar, dado o inverno ou até primavera chuvosa que se fez sentir, ficando por isso a aguardar o verão, venho agora lembrar que este já chegou, perguntando se está para breve o seu início.

Assunto: Relatório de atividades. -----

Um - *Sobre este relatório, tem melhorado bastante tanto na composição como nomeadamente no seu envio à Assembleia para entrega aos deputados que o recebem muito mais cedo que no anterior mandato, no entanto, mesmo assim, refiro que continua sem ser cumprido o prazo citado no respetivo regimento da Assembleia por parte do executivo, uma vez que este deveria ser entregue conjuntamente com toda a documentação e não posteriormente como aconteceu no presente caso.* -----

Dois - *Mais refiro, que na leitura do mesmo para a sua entrega, se verifica não haver uma data certa por parte da respetiva divisão para fazer entrega dos relatórios referentes aos serviços a seu cargo, conforme se pode verificar pelas suas datas de execução constantes naquele relatório.* -----

Divisão de Administração e Finanças a fls. 25 ponto 10, é de 3 de junho. -----

Planeamento e gestão financeira no anexo n.º1, é de 16 de Junho. ---

Administração e finanças a fls. 26 ponto 10.3, é de 18 de Junho. -----

Recursos humanos fls. 32, ponto 10.5, é de 19 de Junho. -----

Três - *Assim pergunto, se estas datas de entrega não poderão ser alteradas pelo executivo para uma só, tendo logo em atenção o espaço necessário a dar não só para a copilação de todos os relatórios, para o relatório de atividades, como ainda depois de este feito ser remetido pelo executivo à Assembleia conjuntamente com os restantes documentos dentro do prazo, para depois ser enviado por aquela a todos os deputados.*-----

Assunto: Outros. -----

Por último, realço que alguns dos assuntos expostos, poderão ter pouca importância para o Executivo em funções, mas são todavia importantes para os munícipes e daí muitas vezes a minha insistência em os continuar a abordar nesta Assembleia. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu, que na parte que toca à Assembleia, agradece toda a sua preocupação em relação à entrega atempada de documentos. De facto, houve uma lacuna e, por isso, fez muito bem em criticar e trazê-la aqui. Verificamos, que na realidade, houve uma falha durante esta tramitação da ordem de trabalhos e prometeu que, de futuro, se vai tentar colmatar essas falhas. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que irá tentar responder a tudo, embora seja praticamente impossível responder de

maneira exaustiva a todas as perguntas, uma vez que as questões colocadas são muitas, mas irá tentar responder, ainda que seja de uma maneira mais geral e sintética a todas as questões. -----

Quanto à Rua Dr. Hélder e Barros vai enviar a fiscalização para averiguar o que se passa. Sabia que havia lá uma obra em tempos, confessando que não sabia que havia uma vala aberta, esperando que a mesma não esteja a colocar em perigo as pessoas e que esteja num lote de terreno e não na via pública. -----

Relativamente ao entulho a que se refere, é muito natural que haja, por vezes, uma obra ou outra que deixe entulho, no entanto, não é natural que fique lá eternamente. Referiu que entre a Câmara e empreiteiro, tem de haver uma boa relação institucional, gerador de um ambiente politicamente correto, mas se, por vezes, fica uma pedra ou outra, julga que só teremos de pedir ao empreiteiro que as remova e se, de facto, ficou esse entulho esquecido, com certeza que irá tentar ver o que se passa. -----

Quanto ao Parque Infantil e a prática de Educação Física, o Sr. deputado mencionou que gostaria de ver equipamentos, tal como vê na Aldeia dos Fernandes e desconhece quem lá os colocou. Naturalmente que foi o Município ou a Junta de Freguesia. Na realidade, não temos nenhum Parque dessa qualidade em Almodôvar, mas, e uma vez que mencionou a Praça da República, referiu que discorda completamente dessa ideia. Pensa que a Praça da República não é o local indicado para instalar aquele tipo de equipamento, a não ser que todos os Vereadores da Câmara o obrigassem a fazê-lo, pois, caso contrário, nunca colocaria equipamento desportivo naquele local. Esta é a sua posição, mas não quer dizer que essa ideia não fosse discutida e avaliada. Existem outros jardins, como o jardim da estação, que é um bom lugar para integrar um equipamento desportivo e até já está planeado. Pensa, inclusivamente, que a requisição já foi feita para adquirir 6 equipamentos, para colocar em jardins ou pelo menos nesse jardim. É um processo que leva algum tempo, mas é um assunto que já está a ser tratado e pensa que o local escolhido inicialmente foi, precisamente, o jardim da estação, devido ao espaço que há para a sua colocação. Acrescentou que a escolha deste local foi feita, precisamente, pela abundância de espaço, pois estes equipamentos requerem um espaço com certas características para ficarem bem fundados. -----

Quanto à Ribeira de Cobres, assegurou que vai ser limpa. Como se calcula, não se consegue limpar tudo ao mesmo tempo, as valetas, as estradas, os jardins, as ruas. Todavia, considera que se está a fazer um trabalho digno e um trabalho merecedor de uma avaliação bastante positiva. Todas as Juntas de Freguesia estão a colaborar com a Câmara

Municipal e se passarmos hoje nas ruas e estradas do concelho são poucas aquelas que ainda tem pasto e, ao mesmo tempo, convidou os Srs. deputados para darem um passeio por outros municípios para verem, em comparação, como nós estamos a fazer um trabalho meritório que, naturalmente, precisa sempre de melhorar. A Ribeira de Cobres, será limpa logo que tenhamos essa possibilidade. Em breve, irão realizar-se as "Festas do Poço" e o grupo "Amigos de São Pedro" veio falar connosco para que tivéssemos a zona limpa antes do dia desse evento e, eu espero, como representante do município, poder aceder a esse pedido, não por serem os "Amigos de São Pedro", mas para ter a zona toda limpa com a higiene que merece. -----

Sobre a passagem da CERCICA, a mesma está acabada, exceto a parte da guarda em metal e a parte do mosaico antiderrapante para as escadas que aguardamos a sua chegada. No que respeita à parte da rede da CERCICOA, afirmou não saber responder, porque, como se deve calcular, não é uma obra da Câmara e não teve ainda a oportunidade de falar com o representante da CERCICOA, mas garantiu que irá fazê-lo. ---

Relativamente ao SIADAP, naturalmente que esta disposição legal obriga a uma avaliação de todos e não deixariam qualquer funcionário de parte, até porque, como é natural, não podem. Todos os colaboradores têm de ser avaliados, ou pelo executivo, se estiverem dependentes dele, ou pelo seu superior hierárquico. A avaliação faz-se dois em dois anos, sendo feita no final deste ano. -----

- Sobre os livros de reclamações, foi feito o possível para aceder aos pedidos anteriores do Sr. deputado, pelo que todos os espaços têm um livro. Se eventualmente algum espaço não tiver o referido livro, isso será porque ainda não chegou, ou porque houve alguma falha na compra. Se esta situação se verificar, comprometeu-se em tomar as diligências necessárias para os adquirir. -----

- Quanto às fissuras nas ruas, foi pedido apoio técnico e logo que seja oportuno iniciarão o processo de reparação, até porque, agora, já há métodos mais modernos, chamado o método de injeção, com uma garantia de cerca de 10 anos. Aguarda-se a receção de alguns elementos como, preços, qualidade e características do material, para se tomar uma posição. Hoje em dia, já não é utilizado o típico e antigo alcatrão, mas um líquido especial que aglomera as partes. Sabe-se que é um pouco caro, por isso aguarda-se mais informação, pois não vale a pena estar a investir sem ter a certeza se, de facto, isso será uma boa solução. -----

No que diz respeito à Estrada das Viúvas/São Pedro de Solis, foi detetado em março/abril que a estrada estava em condições deploráveis, o alcatrão, no espaço de 1 km, pelo menos, está completamente destruído. Identificou-se quem era o causador daquela situação. Esta é

uma situação um pouco delicada porque o responsável, a empresa de camionagem, diz-se responsável apenas por uma parte e só quer participar com cerca de 5 mil euros. A DOMSUA averiguou, fez a inspeção, e calcula-se que é necessário um investimento de cerca de 60/70 mil euros. A Câmara tem de tomar uma posição e, para isso, foi marcada uma reunião com o dono da empresa de camionagem, e outra reunião com o dono da empresa eólica. Caso estas empresas não se responsabilizem pelos estragos e se não for possível um acordo, avançar-se-á com a reparação e remeter-se-á o processo para tribunal. -----

No que concerne ao Relatório de Atividades, não foi enviado com mais antecedência porque, na realidade, houve tanto que fazer, tendo-se desdobrado em reuniões com as questões da saúde e do fecho das Escolas, que não conseguiu terminar o relatório e, por isso, assume publicamente a falha e de futuro tentará ser mais célere.-----

O Sr. Presidente, reportando-se ao fecho das escolas, deu os parabéns a todas as pessoas que participaram e contribuíram para este desfecho, que foi bom para todo o concelho, especialmente para Santa Clara-a-Nova e Telhada, uma vez que conservam as suas escolas em funcionamento. -----

O **deputado José Romba** congratulou-se pelo facto de se ter iniciado o corte das ervas nas bermas da estrada, já que algumas estavam num estado deplorável. -----

Relativamente à estrada das Viúvas para São Pedro de Solis, referiu que acha bem estarem a tratar disso, mas alertou que não se pode estar à espera dos tribunais para tapar, pelo menos em duas zonas, buracos altamente perigosos. Informou que está a passar nessa estrada diariamente e, ultimamente, é mesmo perigoso passar por ali, pedindo encarecidamente que tratem daqueles buracos. Recomendou que não estivessem à espera de fazer um investimento de 70 mil euros, para uma coisa que o pessoal da Câmara faz em dois dias, sugerindo que, pelo menos, façam uma intervenção de remendo, porque a situação é grave.

Congratulou-se também por se estar a investigar quem partiu, porque a Câmara de Mértola, na mesma altura que eles estavam a partir, foi, de imediato, atrás deles arranjar e certamente que lhes cobrou por isso. Espera que também a Câmara de Almodôvar seja também capaz de o fazer, porque há responsáveis. -----

B.5. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a minuta da ata da sessão, contendo as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,IPA,PSD). -----

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA -----

C.1.- Intervenção dos Munícipes (n.º 1, do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro). -----

Em cumprimento do determinado no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, o Sr. **Presidente da Assembleia**, dirigindo-se aos Munícipes presentes, questionou se estava alguém interessado em intervir, **não se tendo registado pedidos de intervenção por parte do público assistente.** -----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c) do n.º 1, do art.º 30º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, era vinte e três horas e quarenta minutos, do dia 27 de junho de 2014. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata fazem parte integrante da mesma e dão-se aqui por reproduzidos. -----

E eu, **Duarte Freitas de Sousa**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----